


[/SOBRE \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/SOBRE/\)](#) [/EQUIPE \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/EQUIPE/\)](#)
[/PROJETOS \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/PROJETOS/\)](#)
[/SEMANÁRIO \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/SEMANARIO/\)](#) [NEWSLETTER \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/NEWSLETTER/\)](#) [CONTATO \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/CONTATO/\)](#)
[/BLOG \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/BLOG/\)](#) [/BIBLIOTECA \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/BIBLIOTECA/\)](#)
[/PRIVACIDADE E VIGILANCIA \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/BLOG/PRIVACIDADE-E-VIGILANCIA/\)](#) [/LIBERDADE DE EXPRESSÃO \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/BLOG/LIBERDADE-DE-EXPRESSAO/\)](#)
[/INFORMAÇÃO E POLÍTICA \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/BLOG/INFORMACAO-E-POLITICA/\)](#)
[/DESIGUALDADES E IDENTIDADES \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/BLOG/DESIGUALDADES-E-IDENTIDADES/\)](#)
[/CULTURA E CONHECIMENTO \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/BLOG/CULTURA-E-CONHECIMENTO/\)](#)
[/TODOS \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/BLOG/\)](#) [\(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/EN/\)](#) 

BUSCA

[/SOBRE \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/SOBRE/\)](#) [/EQUIPE \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/EQUIPE/\)](#)
[/PROJETOS \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/PROJETOS/\)](#)
[/SEMANÁRIO \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/SEMANARIO/\)](#)
[/BLOG \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/BLOG/\)](#) [/BIBLIOTECA \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/BIBLIOTECA/\)](#)

[/BLOG \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/ESPECIAL/O-IMPACTO-DO-MARCO-CIVIL-SOBRE-A-PROTECAO-DA-PRIVACIDADE-NO-BRASIL/\)](https://www.internetlab.org.br/pt/especial/o-impacto-do-marco-civil-sobre-a-protecao-da-privacidade-no-brasil/)

CATEGORIAS:

[/PRIVACIDADE E VIGILÂNCIA \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/BLOG/PRIVACIDADE-E-VIGILANCIA/\)](#)
[/LIBERDADE DE EXPRESSÃO \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/BLOG/LIBERDADE-DE-EXPRESSAO/\)](#)
[/INFORMAÇÃO E POLÍTICA \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/BLOG/INFORMACAO-E-POLITICA/\)](#)
[/DESIGUALDADES E IDENTIDADES \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/BLOG/DESIGUALDADES-E-IDENTIDADES/\)](#)
[/CULTURA E CONHECIMENTO \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/BLOG/CULTURA-E-CONHECIMENTO/\)](#)
[/TODOS \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/BLOG/\)](#)

BUSCA

[ESPECIAL \(HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/BLOG/ESPECIAL/\)](https://www.internetlab.org.br/pt/blog/especial/) | 08.04.2019

O impacto do Marco Civil sobre a proteção da privacidade no Brasil

No segundo texto do 'Especial Marco Civil 5 Anos', um balanço dos impactos do Marco Civil da Internet, uma lei fundamental, mas que não encerra as disputas pela proteção à privacidade no Brasil

Nathalie Fragoso*

CATEGORIAS

[Privacidade e Vigilância \(https://www.internetlab.org.br/pt/blog/privacidade-e-vigilancia/\)](#)
[Liberdade de Expressão \(https://www.internetlab.org.br/pt/blog/liberdade-de-expressao/\)](#)
[Informação e Política \(https://www.internetlab.org.br/pt/blog/informacao-e-politica/\)](#)
[Desigualdades e Identidades \(https://www.internetlab.org.br/pt/blog/desigualdades-e-identidades/\)](#)
[Cultura e conhecimento \(https://www.internetlab.org.br/pt/blog/cultura-e-conhecimento/\)](#)
[Todos \(https://www.internetlab.org.br/pt/blog/\)](#)

ARQUIVOS

[2020 \(.\)](#)
[2019 \(.\)](#)
[2018 \(.\)](#)
[2017 \(.\)](#)
[2016 \(.\)](#)
[2015 \(.\)](#)
[2014 \(.\)](#)

TAGS

[bloqueios.info \(https://www.internetlab.org.br/pt/tag/bloqueios.info/\)](#)
[consultas públicas \(https://www.internetlab.org.br/pt/tag/consultas-publicas/\)](#)

Regras para o acesso a informações de usuários sem ordem judicial

Em relação aos quadros normativos anteriores, o Marco Civil inovou (<http://avulsos.org/wp-content/uploads/2018/04/33-Jacqueline-de-Souza-Abreu-e-Denys-Antoniali.pdf>), ao estabelecer um regime claro de acesso a dados cadastrais, logs e conteúdo de comunicações. A inviolabilidade das comunicações prevista no art. 5º, III, e a necessidade de ordem judicial para contorná-la é acompanhada de regras “mais ou menos” exaustivas acerca das condições nas quais se justifica e a forma da sua quebra.

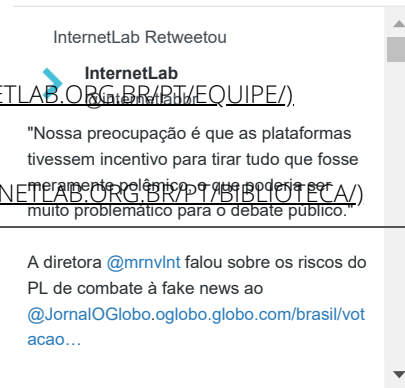
Segundo o Marco Civil, os dados cadastrais “*que informem qualificação pessoal, filiação e endereço*” podem ser diretamente requisitados, na forma da lei, por autoridades com competência legal para tanto (art. 10 § 3º), independentemente de ordem judicial. O Decreto no 8.771/2016 (art. 11), que disciplina o Marco Legal, determina que a autoridade administrativa deve ainda indicar o fundamento legal da competência para o acesso e a motivação do pedido. Ainda assim, o dispositivo tem sido interpretado por autoridades de modo irrestrito e sem atenção ao escopo das leis que prevêem e atribuem expressamente o poder de requisição, isto é, a Lei das Organizações Criminosas, a Lei dos Crimes de Lavagem de Dinheiro e no caso da investigação dos delitos referidos no artigo 13-A do CPP.

Diante disso, a conduta dos provedores de Internet tem o potencial de fragilizar ou fortalecer a proteção de garantias processuais de usuários afetados, ao desafiar judicialmente, por exemplo, pedidos mal instruídos ou formulados por autoridades incompetentes. Por essa razão, aliás, o InternetLab tem executado uma avaliação periódica do compromisso das empresas provedoras de internet com políticas de transparência, privacidade e de proteção de dados pessoais, no âmbito do projeto “*Quem defende seus dados*” (<http://quemdefendeseusdados.org.br/pt/>). No relatório lançado em 2018, por exemplo, constatou-se que a maioria das empresas atende a somente um dos parâmetros formulados para medir a transparência das respectivas políticas de privacidade, no que diz respeito à entrega de dados a autoridades do Estado.

A necessidade de ordem judicial para acesso a registros e conteúdo de comunicações

Para o fornecimento de registros de acesso e conexão, ou seja, das informações capazes de rastrear tecnicamente usuários de internet, o Marco Civil **previu** a necessidade de ordem judicial e discrimina os requisitos formais e materiais para sua concessão. Segundo o artigo 22 da lei, as partes podem solicitar o fornecimento de registros de conexão ou de acesso a aplicações para a instrução de *processo judicial cível ou penal, em caráter incidental ou autônomo*, se presentes fundados indícios da ocorrência do ilícito, justificativa motivada da utilidade dos registros para a instrução e o período ao qual se referem. Já a quebra de sigilo do conteúdo de comunicações eletrônicas sob a guarda de provedores de aplicações de Internet, embora também dependa de ordem judicial, não vem associada à satisfação de critérios análogos (arts. 7º, III e 10, § 2º).

Permanece controverso, por outro lado, o regime de proteção de comunicações armazenadas em dispositivos apreendidos e a própria pertinência do Marco Civil da Internet nesses casos – o que não é sem importância, dado que 71% dos usuários acessam a rede através do telefone celular (https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic_dom_2017_livro_eletronico.pdf). A pesquisa Acesso de autoridades policiais a celulares em abordagens e flagrantes: retrato e análise da jurisprudência de tribunais (<https://ponte.org/justica-ignora-se-pms-acessam-celulares-sem-permissao-para-obter-provas/>) verifica que, na grande maioria dos casos, o acesso a dados armazenados em dispositivos após flagrante delito é considerado pelos tribunais brasileiros meio lícito de obtenção de prova (73%) e, em se tratando de abordagens pessoais, 50% deles. Em 75,5% dos casos, as decisões sequer consideram eventual consentimento. Um percentual irrisório das decisões menciona o Marco Civil. A prática judicial preponderante vem se amparando numa antiga demarcação entre comunicações em fluxo e comunicações armazenadas na interpretação do sigilo (art. 5º, XII, da Constituição Federal), presume o consentimento e reafirma a “autorização” para o acesso nos termos do art. 6º do CPP. O dado ganha relevância diante do fato, documentado pelo IPEA em Aplicação de Penas e Medidas Alternativas (http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150325_relatorio_aplicacao_penas.pdf), de que a maior parte dos processos penais é instruída por inquéritos policiais instaurados a partir de prisões em flagrante (57,6%) e da constatação de que as abordagens generalizadas



e a prática de buscas pessoais têm constituído expediente de rotina do policiamento

(<https://www.internetlab.org.br/> (<http://repositorio.unb.br/handle/10482/24089>) no Brasil e alvejado preferencialmente

jovens negros (<https://www.internetlab.org.br/pt/sobre/>) /EQUIPE (<https://www.internetlab.org.br/pt/equipe/>).

/PROJETOS (<https://www.internetlab.org.br/pt/projetos/>).

Consentimento para coletar e tratar dados pessoais (<https://www.internetlab.org.br/pt/semanario/>)

/BLOG (<https://www.internetlab.org.br/pt/blog/>) /BIBLIOTECA (<https://www.internetlab.org.br/pt/biblioteca/>)

O acesso a dados por agentes de Estado não é, no entanto, a única ameaça à nossa

privacidade. Informações pessoais são hoje uma mercadoria valiosa e sem restrições legais devidamente implementadas são um forte incentivo para a coleta da maior quantidade possível de dados. Não faltam exemplos: fala-se em “privatização” de base de dados públicas (<https://oglobo.globo.com/brasil/doria-oferece-dados-de-usuarios-do-bilhete-unico-iniciativa-privada-20942133>), há denúncias oficiais de tratamento de dados para geo-blocking e geo-pricing (<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mp-acusa-a-empresa-decolar-de-praticar-cobranca-ilegal-de-precos,70002181078>). – bloqueio de ofertas e precificação desigual conforme geolocalização – e pratica-se a coleta de dados que permitam a análise de perfis de navegação dos usuários na internet (<https://chupadados.codingrights.org/vc-e-oq-vc-clica/>) para fins de marketing digital. Por isso, outro traço fundamental do Marco Civil da Internet está na garantia aos usuários do direito ao consentimento livre, expresso e informado sobre a coleta, uso, armazenamento e tratamento de dados pessoais (art. 7º, VII e IX). Isto é, deve estar claro aos usuários o regime de proteção dos registros e do acesso, inclusive e especialmente no que diz respeito ao fornecimento de dados pessoais a terceiros (art.7º, VII).

Na esteira do Marco Civil, foi aprovada em 2018 a Lei 13.709, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), vigente a partir de agosto de 2020, que regulamenta o tratamento de dados em território brasileiro e reitera a necessidade de consentimento livre, informado e inequívoco, para o tratamento. Nesta, são previstas algumas exceções à regra geral do consentimento para o tratamento de dados pessoais.

Para avaliar o desempenho dos provedores de aplicações diante dos marcos normativos em casos cujo consentimento é especialmente relevante, em razão dos usuários afetados ou dos serviços oferecidos, o InternetLab avaliou as políticas de privacidade e proteção de dados pessoais de aplicativos para crianças (<http://www.internetlab.org.br/pt/projetos/especial-apps-para-criancas/>) e aplicativos do governo (<http://www.internetlab.org.br/pt/privacidade-e-vigilancia/especial-as-permissoes-de-acesso-dados-em-apps-do-governo/>). Os resultados são dignos de nota, pois demonstram ainda um déficit considerável em transparência quanto às políticas de privacidade dos aplicativos e consequentemente um desrespeito aos padrões de consentimento adequados, conforme o Marco Civil.

Falar em privacidade é falar das condições de preservação de um espaço intimidade para mais de 70% dos brasileiros (https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic_dom_2017_livro_eletronico.pdf) que são usuários da internet que permitam o desenvolvimento e manutenção de um senso de autonomia e valor. É tratar da demanda de indivíduos, grupos e instituições para determinar quando, como e em que extensão informações sobre si são difundidas e, principalmente, é falar das condições de exercício de outros direitos civis, como a liberdade de movimento, associação, reunião e expressão. O Marco Civil é nesse contexto passo importante; não inaugura nem encerra, no entanto, as disputas por privacidade.

Aprofunde-se:

Para ler mais sobre os assuntos discutidos aqui, veja:

- **Quem defende seus dados?** (<http://quemdefendeseusdados.org.br/pt/>), pesquisa anual realizada pelo InternetLab que avalia as políticas de privacidade e de proteção de dados das empresas provedoras de conexão à Internet no Brasil. O trabalho é a versão brasileira do projeto “Who has your back?”, realizado desde 2011 nos Estados Unidos pela Electronic Frontier Foundation (EFF).
- **Especial Apps do governo** (<http://www.internetlab.org.br/pt/privacidade-e-vigilancia/especial-apps-do-governo/>) (2018), trabalho realizado pelo InternetLab, no qual são avaliadas políticas e práticas de privacidade de aplicativos oferecidos pelos órgãos e entidades estatais.
- **Especial Apps para Crianças** (<http://www.internetlab.org.br/pt/projetos/especial-apps-para-criancas/>) (2017), também realizado pelo InternetLab, a pesquisa buscou jogar luz

sobre as práticas das empresas responsáveis pelos mais populares apps infantis do Brasil, tanto em matéria de utilização de recursos interativos (publicidade, compras no app, direcionamento a redes sociais) como de tratamento de dados pessoais. [\(https://www.internetlab.org.br/\)](https://www.internetlab.org.br/) [EQUIPE \(https://www.internetlab.org.br/pt/equipe/\)](https://www.internetlab.org.br/pt/equipe/)

- Want to predict the future of surveillance? Ask poor communities. [\(http://semprospect.org/article/want-to-predict-future-surveillance-ask-poor-communities/\)](http://semprospect.org/article/want-to-predict-future-surveillance-ask-poor-communities/), artigo da cientista política Virginia Tubanos, publicado em 2014 pela "The American Prospect", que aborda a desigualdade na exposição à vigilância e indica como ambientes em que se desrespeitam direitos usados para o teste de novas tecnologias.
- Em [Direitos Humanos e o comércio de tecnologias: como as corporações podem evitar colaborar com regimes repressivos](https://politics.org.br/edicoes/direitos-humanos-e-o-com%C3%A9rcio-de-tecnologias-como-corpora%C3%A7%C3%B5es-podem-evitar-colaborar-com) <https://politics.org.br/edicoes/direitos-humanos-e-o-com%C3%A9rcio-de-tecnologias-como-corpora%C3%A7%C3%B5es-podem-evitar-colaborar-com>) (2012, Politics) Cindy Cohn, Trevor Timm e Jillian C. York, todos da Electronic Frontier Foundation, abordam a necessidade e apontam a forma como as empresas podem evitar abusos perpetrados por governos através de suas tecnologias, minimizando os riscos de violações de direitos humanos.

Nathalie Fragoso é coordenadora de pesquisa da área de Privacidade e Vigilância no InternetLab

[#consentimento \(https://www.internetlab.org.br/pt/tag/consentimento/\)](https://www.internetlab.org.br/pt/tag/consentimento/) [#marcocivil \(https://www.internetlab.org.br/pt/tag/marcocivil/\)](https://www.internetlab.org.br/pt/tag/marcocivil/) [#marcocivil5anos \(https://www.internetlab.org.br/pt/tag/marcocivil5anos/\)](https://www.internetlab.org.br/pt/tag/marcocivil5anos/) [#marcocivildainternet \(https://www.internetlab.org.br/pt/tag/marcocivildainternet/\)](https://www.internetlab.org.br/pt/tag/marcocivildainternet/) [#privacidade \(https://www.internetlab.org.br/pt/tag/privacidade/\)](https://www.internetlab.org.br/pt/tag/privacidade/) [#privacidadeeevigilância \(https://www.internetlab.org.br/pt/tag/privacidadeeevigilancia/\)](https://www.internetlab.org.br/pt/tag/privacidadeeevigilancia/) [#sigilo \(https://www.internetlab.org.br/pt/tag/sigilo/\)](https://www.internetlab.org.br/pt/tag/sigilo/)

[anterior \(https://www.internetlab.org.br/pt/especial/conquistas-e-desafios-na-protecao-da-intimidade-na-internet/\)](https://www.internetlab.org.br/pt/especial/conquistas-e-desafios-na-protecao-da-intimidade-na-internet/)

[próximo](#)

POSTS RELACIONADOS

DESIGUALDADES E IDENTIDADES | 12/5/20

PRIVACIDADE E VIGILÂNCIA | 30/4/20

Bolsa família: pensando a privacidade das titulares
[\(https://www.internetlab.org.br/pt/privacidade-e-vigilancia/bolsa-familia-pensando-a-privacidade-das-titulares/\)](https://www.internetlab.org.br/pt/privacidade-e-vigilancia/bolsa-familia-pensando-a-privacidade-das-titulares/)

COVID-19: Apps do governo e seus riscos à privacidade
[\(https://www.internetlab.org.br/pt/privacidade-e-vigilancia/covid-19-apps-do-governo-e-seus-riscos/\)](https://www.internetlab.org.br/pt/privacidade-e-vigilancia/covid-19-apps-do-governo-e-seus-riscos/)

PRIVACIDADE E VIGILÂNCIA | 20/12/19

DESIGUALDADES E IDENTIDADES | 7/11/19

Cadastro Base e amplo compartilhamento de dados pessoais: a que se destina?
<https://www.internetlab.org.br/pt/privacidade-e-vigilancia/cadastro-base-e->

Proteção social, gênero e privacidade: o caso do Programa Bolsa Família
<https://www.internetlab.org.br/pt/pesquisa/protecao-social-genero-e-privacidade-o-caso-do-programa-bolsa-familia/>

/SEMANÁRIO (HTTPS://WWW.INTERNETLAB.ORG.BR/PT/SEMANARIO/)

PRIVACIDADE E VIGILÂNCIA | 30/10/19

PRIVACIDADE E VIGILÂNCIA | 8/9/19

/SOBRE (<https://www.internetlab.org.br/pt/sobre/>)
/PROJETOS (<https://www.internetlab.org.br/pt/projetos/>)
/SEMANÁRIO (<https://www.internetlab.org.br/pt/semanario/>)
/BLOG (<https://www.internetlab.org.br/pt/blog/>)

ESPECIAL
MARCO CIVIL
5 ANOS
INTERNET LAB

O Impacto do Marco Civil sobre a proteção da privacidade no Brasil

A Nova República nasceu comprometida, em termos normativos, com a preservação da privacidade, desdobrada nos direitos previstos no artigo 5º, incisos X, XI XII da Constituição Federal, que garantem respectivamente a liberdade das comunicações, a proteção do domicílio e o sigilo das comunicações. A ratificação subsequente do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (Art. 17) reforça o lastro normativo, estabelecendo o direito de não ser submetido a ingerências arbitrárias ou ilegais na vida privada. Na concretização daquilo que experimentamos hoje como direito à privacidade importam, no entanto, muito além do paradigma constitucional, um legado de políticas e o contínuo processo de regulação da vida social no período pós-constituente. Mais, importa reconhecer as profundas transformações das relações reguladas, do ambiente e das formas como se processam as comunicações, principalmente com a expansão do acesso à rede, e os impactos da desigualdade na distribuição da privacidade.

>> ***Este texto compõe o Especial Marco Civil 5 Anos (<http://www.internetlab.org.br/pt/noticias/especial-marco-civil-5-anos-por-que-devemos-celebrar/>), para ver todos clique aqui (<http://www.internetlab.org.br/pt/tag/marcocivil5anos/>).***

A tentativa de endereçar os desafios postos pelo uso massivo da internet e pela possibilidade de compilação, armazenamento, processamento, análise e compartilhamento de dados pessoais em alta velocidade e com baixo custo; pela consolidação de bases de dados, que contêm ou podem resultar na extração de informações valiosas; e pelos desdobramentos não somente para a exploração econômica mas para a vigilância estatal na Internet marcam o texto do Marco Civil da Internet. Aprovado em 2014, o Marco Civil é uma referência na regulação da internet e tem a privacidade como um de seus pilares. Trata-se de um instrumento regulatório específico, que lida com questões também no campo da privacidade para as quais a jurisprudência e a legislação anteriores ofereciam respostas contingentes e frequentemente contraditórias.

O Marco Civil da Internet disciplinou princípios, garantias, direitos e deveres dos usuários da rede e abordou de maneira sistemática e específica as relações jurídicas estabelecidas na internet. Previu entre os direitos dos usuários da internet a (i) inviolabilidade da intimidade e da vida privada (Art. 7º, I), (ii) a preservação do sigilo das comunicações privadas transmitidas ou armazenadas (Art. 7º, II, III); (iii) a proteção contra o fornecimento de dados pessoais coletados pela internet a terceiros sem prévio consentimento do titular (Art. 7º, VII); (iv) o direito a informações claras e completas sobre o tratamento de dados pessoais (Art. 7º, VIII) e (v) a prerrogativa do consentimento expresso e destacado sobre o tratamento destes (Art. 7º, XI).

O impacto do Marco Civil s...
InternetLab • Seguir Compartilhar

publicas/) [criptografia](https://www.internetlab.org.br/pt/tag/criptografia)
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/criptografia>)
dados pessoais
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/dados-pessoais/>)
pessoais/) [desiden](https://www.internetlab.org.br/pt/tag/desigualdades)
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/desigualdades>)
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/desigualdades>)
deunosautos
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/deunosautos>)
diálogosinternetlab
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/dialogosinternetlab>)
economia do compartilhamento
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/economia-do-compartilhamento/>)
eleições
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/eleicoes>)
especialdados
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/especialdados>)
facebook
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/facebook>)
genero
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/genero>)
internetlab reporta
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/internetlab-reporta-2/>)
judiciário
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/judiciario>)
liberdade de expressão
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/liberdade-de-expressao/>)
marco civil
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/marco-civil/>)
ocorpoéocódigo
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/ocorpoecodigo>)
outrasvozes
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/outrasvozes>)
privacidade
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/privacidade>)
proteção de dados
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/protecao-de-dados/>)
reportadadospessoais
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/reportadadospessoais>)
reportamci
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/reportamci>)
vigilância
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/vigilancia>)
whatsapp
(<https://www.internetlab.org.br/pt/tag/whatsapp>)

FACEBOOK
(<https://www.facebook.com/internetlab>)
FREF=TS)



Curtir Página

Seja a primeira pessoa entre seus amigos a curtir isso.

TWITTER
(<https://twitter.com/internetlab>)